



**INDIVÍDUO E SOCIEDADE:
Uma análise da socialização e sua configuração da individualidade à luz de Durkheim e
Berger**

Luana Holovaty Soares¹

<https://orcid.org/0009-0007-3218-6523>

<https://doi.org/10.33871/27639657.2025.5.2.11123>

RESUMO: O presente artigo propõe uma análise ao conceito de socialização, à luz de Émile Durkheim e Peter Berger, compreendendo-o como um fenômeno social e coletivo vinculado ao processo de conhecimento do indivíduo e inserção no mundo social. O objetivo é compreender como os processos sociais moldam a formação do sujeito e de que maneira a sociedade, em suas diversas formas de organização e coesão, estrutura as bases da subjetividade. A pesquisa é de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica e teórico-conceitual, fundamentada na leitura e interpretação das obras clássicas dos autores referidos. Como resultado, o trabalho evidencia que a subjetividade individual é indissociável das estruturas sociais que a produzem, destacando o papel central da socialização na constituição do ser social.

Palavras-chave: Socialização; Subjetivação; Solidariedade; Individualidade.

ABSTRACT

This article explores the concept of socialization through the perspectives of Émile Durkheim and Peter Berger, understanding it as a social and collective phenomenon tied to the individual's process of acquiring knowledge and integrating into the social world. The objective is to examine how social processes shape the formation of the subject and how society, in its various forms of organization and cohesion, structures the foundations of subjectivity. The research is qualitative in nature, with a bibliographic and theoretical-conceptual approach, grounded in the reading and interpretation of the classical works of the aforementioned authors. As a result, the study demonstrates that individual subjectivity is inseparable from the social structures that produce it, highlighting the central role of socialization in the constitution of the social being.

Keywords: Socialization; Subjectivation; Solidarity; Individuality.

¹ Graduanda em Direito pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Campus de União da Vitória. Desenvolve atividades de iniciação científica e extensão na grande área de Ciências Humanas e Sociais, tendo atuado como bolsista em projetos voltados à formação do indivíduo, socialização, ressocialização no âmbito carcerário, e direitos humanos.



Artigo publicado em acesso aberto sob a licença Creative Commons Attribution 4.0 International Licence.



INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, em meio a sociedades cada vez mais complexas e marcadas por profundas transformações sociais, econômicas e culturais, torna-se fundamental refletir sobre os mecanismos através dos quais os indivíduos se constituem enquanto sujeitos sociais.

A formação da subjetividade e da identidade pessoal não se dá em isolamento, mas no interior de estruturas sociais que fornecem padrões, significados, normas e valores. Nesse sentido, a relação entre indivíduo e sociedade exige um olhar que considere os processos de socialização, de maneira atualizada, como centrais na formação do indivíduo enquanto sujeito social e na configuração de sua individualidade.

Este estudo delimita como problema de pesquisa as seguintes questões: de que forma os processos de socialização estruturam a subjetividade, moldam a identidade do indivíduo e interferem na formação de sua individualidade, conforme as teorias de Durkheim e Berger? Até que ponto estes conceitos são aplicáveis à contemporaneidade? A análise propõe compreender como a inserção nas instâncias sociais primárias e secundárias condiciona a forma como o sujeito se reconhece como parte de um coletivo e age socialmente, em diferentes contextos.

Como objetivos específicos, busca-se: (I) versar sobre os tipos de solidariedade, segundo Durkheim; (II) conceituar a subjetivação como processo social; (III) explicar as diferenças entre socialização primária e secundária segundo Berger; (IV) relacionar os tipos de solidariedade social com as formas de socialização, relacionando-as à formação da individualidade; (V) Tecer uma análise crítica acerca dos limites históricos e da necessidade de reinterpretação dos elementos que envolvem o processo de socialização na atualidade.

A metodologia utilizada é qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e análise teórica das obras *A construção social da realidade*, “Socialização: como ser um membro da sociedade”, *Educação e Sociologia e Da Divisão do Trabalho Social*.

A escolha deste tema se justifica pela relevância de compreender os fundamentos sociais da subjetividade e entender a adaptação destes conceitos em um período em que a individualidade é frequentemente exaltada como atributo autônomo. Discutir como o sujeito



se forma socialmente permite lançar luz sobre as condições de existência do indivíduo nas sociedades atuais, evidenciando as relações entre identidade, cultura e estrutura social.

2. SOLIDARIEDADES E SUAS FORMAS DE COESÃO

Em *Da Divisão do Trabalho Social*, Durkheim define dois tipos de solidariedade: a mecânica, própria de sociedades simples, onde a coesão se dá pela semelhança entre os membros; e a orgânica, própria de sociedades complexas, onde a interdependência funcional garante a união.

Explorar estas formas de solidariedade tem sua importância justificada, neste trabalho, pela íntima relação entre elas e as etapas da socialização do indivíduo, sobretudo porque as formas de coesão, presentes nas sociedades com os diferentes tipos de solidariedade, influenciam diretamente a maneira como o sujeito se entende e se posiciona no coletivo. Elas não apenas explicam as transformações estruturais das sociedades ao longo do tempo, mas também permitem refletir sobre como essas formas influenciam diretamente os processos de socialização e, por consequência, a construção da individualidade do sujeito.

Segundo Durkheim (1999), a solidariedade mecânica é característica de sociedades tradicionais, nas quais os indivíduos compartilham crenças, valores e costumes semelhantes, o que gera uma forte consciência coletiva e uma baixa diferenciação entre os membros. Nesses contextos, o vínculo entre os indivíduos é estabelecido pela semelhança e pela uniformidade. A coesão social resulta da homogeneidade, visto que todos desempenham os mesmos papéis e têm as mesmas crenças e valores. O sujeito, nesses contextos, tem sua individualidade diluída na coletividade, sendo a identidade pessoal fortemente condicionada pela identidade grupal.

Em contrapartida, com o surgimento de sociedades mais complexas e a crescente necessidade de uma divisão do trabalho social, Durkheim identifica uma mudança qualitativa na forma de coesão, momento em que surge a solidariedade orgânica. Neste tocante, é importante destacar que as sociedades de solidariedade mecânica não deixaram de existir, apenas, em alguns contextos, foram substituídas por uma versão que se enquadrava e contribuía de melhor forma para a organização social.



Nesse novo tipo de solidariedade, a unidade social não é mais garantida pela semelhança, mas pela interdependência funcional entre indivíduos que ocupam diferentes papéis sociais. Os indivíduos não se relacionam por afeto ou semelhança, mas sim por necessidade. Cada sujeito, ao desempenhar uma função específica dentro do organismo social, contribui para a manutenção do todo, deste modo, a diversidade de funções e a especialização tornam-se a base da coesão. Com isto:

A primeira só é possível na medida em que a personalidade individual é absorvida na personalidade coletiva; a segunda só é possível se cada um tiver uma esfera de ação própria, por conseguinte, uma personalidade. É necessário, pois, que a consciência coletiva deixe descoberta uma parte da consciência individual, para que nela se estabeleçam essas funções especiais que ela não pode regulamentar; e quanto mais essa região é extensa, mais forte é a coesão que resulta dessa solidariedade. De fato, de um lado, cada um depende tanto mais estreitamente da sociedade quanto mais dividido for o trabalho nela e, de outro, a atividade de cada um é tanto mais pessoal quanto mais for especializada." (DURKHEIM, 1999, p. 108)

São justamente essas diferenciações que possibilitam a funcionalidade da coesão, sendo que nesta sociedade dita como orgânica, os sujeitos necessitam um do outro para sobreviver e viver.

A individualidade, que nas sociedades mecânicas era vista como ameaça à ordem, passa a ser valorizada como fator de contribuição ao bem comum, pois é necessária para o satisfatório funcionamento da sociedade, neste tocante, comprehende-se que o indivíduo moderno é aquele que se reconhece como distinto, mas que também entende seu lugar no conjunto.

2.1. TORNAR-SE SUJEITO

Para passar à análise da socialização, é intrínseco abordar o conceito de subjetivação, visto que este representa o processo pelo qual um ser humano se constitui como sujeito, alguém que pensa, age e se percebe no mundo. Trata-se do momento em que o indivíduo faz a internalização de normas, valores e crenças, advindos de uma cultura ou sociedade específica, adaptando-se a ela e constituindo sua própria identidade. Esse fenômeno acontece



por meio de interações sociais, vivências individuais e fatores externos, incluindo mídia, educação e, principalmente, o núcleo familiar, que compõem um mundo dado, o qual é apropriado pelo sujeito, a partir da convivência com outros. Deste modo, esta formação não ocorre de maneira isolada ou individual, pelo contrário, é um processo puramente coletivo e social, assim, não se pode dizer que nascemos sujeitos, mas que nos tornamos, e isto ocorre principalmente em duas fases: a socialização primária e a socialização secundária.

2.2. A SOCIALIZAÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA E A FORMAÇÃO DE IDENTIDADE

No texto denominado “Socialização: como ser um membro da sociedade”, Peter Berger diferencia duas etapas do processo: a socialização primária e a socialização secundária. Essa distinção é essencial para compreender os mecanismos através dos quais o sujeito se forma, se insere em estruturas sociais específicas e atualiza sua identidade ao longo da vida. A socialização, portanto, não é apenas um processo de adaptação, mas de construção ativa da realidade e da individualidade, a partir da interiorização de significados socialmente produzidos.

A socialização primária, que ocorre na infância, é o primeiro contato do indivíduo com o mundo social, um mundo apresentado a ele como uno. Trata-se de uma etapa profundamente marcada pela afetividade, pela proximidade e pelo caráter quase absoluto das instituições socializadoras, especialmente a família. Nesse estágio, o sujeito internaliza um “micromundo” que, para ele, representa a totalidade da realidade, por ser dessa forma que, aqueles que o permeiam, apresentam. É por meio dessa primeira socialização que são estruturadas as bases da consciência e da identidade, constituindo o que os autores denominam “identidade primária”. Essa identidade, por sua vez, é vivenciada como uma verdade objetiva, imutável e natural, visto que, o indivíduo, nesta fase da vida, conhece somente este mundo, e acredita fielmente que é o único existente.

Nesse sentido, a socialização primária possui um papel formativo crucial, ao estabelecer os marcos iniciais que orientarão as disposições do sujeito ao longo da vida. Suas percepções e seu próprio comportamento são moldados de acordo com o micromundo no qual está inserido, o contexto social, a classe e o local, influenciam fortemente nos padrões



que o indivíduo irá internalizar, sobretudo ao considerar que os outros significativos, como pais, cuidadores, responsáveis, professores, ou seja, todos aqueles com os quais a criança tem maior contato, também se desenvolveram em determinado contexto e são, há todo tempo, influenciados por ele, direta ou indiretamente, inclusive no que diz respeito aos métodos adotados, por estes, para criar e educar a criança.

Entretanto, o processo de socialização não se esgota na infância. A partir da inserção em novos contextos institucionais, como os anos fundamentais da escola, o trabalho, o campo religioso ou até mesmo as instâncias políticas, inicia-se a socialização secundária, marcada pelo desenvolvimento dos papéis sociais e pela multiplicidade de realidades a serem internalizadas. É nesta fase que o indivíduo, já como sujeito social, conhece o macromundo, constatando que aquele mundo que lhe foi apresentado como absoluto, nas primeiras fases da vida, era, na verdade, apenas uma pequena parcela da realidade. Deste modo, ao contrário da socialização primária, a secundária é menos afetiva e mais racionalizada, exigindo do sujeito a capacidade de transitar entre distintos sistemas simbólicos. Nesse momento, o indivíduo passa a incorporar não apenas novas condutas, mas novos discursos e rationalidades que entram muitas vezes em tensão com as estruturas subjetivas já internalizadas, ele passa a perceber que não existe apenas uma verdade, mas distintas possibilidades.

Essa transição é fundamental para a compreensão da identidade como processo, posto que ao invés de uma essência fixa, a identidade social é constantemente reconstruída a partir das interações do sujeito com diferentes universos e outros generalizados (aqueles que não fizeram parte de seu primeiro processo íntimo de socialização). Assim, a identidade resulta de um jogo entre herança familiar e trajetória, ou seja, entre os padrões subjetivos ensinados por seus primeiros afetos e os padrões objetivos das instituições e papéis sociais aos quais o indivíduo se integra. As socializações secundárias introduzem a possibilidade de transformação, reelaboração e até mesmo ruptura com as bases estruturadas na infância, possibilitando o exercício da individualidade dentro de um campo de imensas possibilidades sociais.

Peter Berger (1994) ressalta que essa inserção em novas instituições exige a internalização de conjuntos simbólicos específicos, dotados de seus próprios vocabulários, regras e significados, é isso que permite ao indivíduo, por exemplo, atuar como advogado,



médico, policial, professor ou ativista, cada um desses papéis sendo sustentado por uma linguagem própria e por normas que devem ser apropriadas. Seja qual for o “caminho” que o indivíduo optar por trilhar, necessitará internalizar diferentes fatores. Essa multiplicidade de papéis, embora não seja apenas uma escolha livre, mas uma obrigação de escolha, cria condições para que o sujeito não apenas se adapte ao meio, mas atue de forma personalizada, aplicando os sentidos de sua atuação e, consequentemente, construindo sua individualidade.

A noção de individualidade, portanto, não deve ser entendida como algo natural, nem como uma essência isolada, mas sim como uma construção social. O “eu” só adquire sentido em relação ao “outro” e ao mundo socialmente construído, pois pensar o “eu”, sem pensar o “outro”, torna-o único, não havendo questões diferenciais que constituam uma individualidade. Isso significa que a individualidade é mediada pelas estruturas sociais, mesmo quando se expressa como singularidade. Em outras palavras, a capacidade de agir de forma autônoma ou de expressar uma subjetividade própria é fruto de uma socialização bem-sucedida, que dotou o indivíduo de ferramentas simbólicas para interpretar, julgar e transformar a realidade.

Neste tocante, um ponto importante na construção da individualidade por meio da socialização secundária é justamente a ampliação de conceitos e visões, tendo em vista que na socialização primária tudo o que o indivíduo pensa ser seu, é, na verdade, uma herança construída, porém, quando se insere no contexto da socialização secundária adquire não só a capacidade, mas também a possibilidade de questionar estes conceitos, modificando a ideia de identidade como herança, transformando-a em algo flexível, em constante transformação, e em razão da multiplicidade de bagagem aplicada neste conceito, em algo individual, subjetivo.

Em síntese, o processo de socialização, conforme proposto por Berger, é o fundamento sobre o qual o indivíduo se conhece como ser social, se insere na sociedade, tem sua identidade construída e constrói sua individualidade. A socialização primária estabelece os alicerces simbólicos da percepção de mundo e da autoconsciência, enquanto a socialização secundária amplia, transforma e desafia essas estruturas, permitindo a construção de trajetórias singulares em meio a contextos plurais.



2.3 RELAÇÃO ENTRE SOLIDARIEDADE E SOCIALIZAÇÃO

A discussão sobre as formas de solidariedade de Durkheim (1999) e a análise do processo de socialização proposta por Berger (1973) permitem traçar um diálogo consistente entre a formação da identidade do sujeito e a estrutura social na qual ele está inserido.

A socialização primária é o primeiro momento de interiorização da realidade social, em que a criança assimila, por meio da convivência com os outros significativos, os elementos essenciais que compõem o seu micromundo. Neste contexto, o sujeito é exposto a um universo simbólico que ele encara como a totalidade da realidade. Essa experiência se caracteriza pela afetividade, pela estabilidade das relações e pela rigidez das estruturas simbólicas. Tais características ecoam o modelo de solidariedade mecânica de Durkheim, em que a coesão social é garantida pela semelhança entre os membros do grupo, assim como na socialização primária, o indivíduo absorve um mundo uno, nas sociedades regidas pela solidariedade mecânica os sujeitos compartilham um mesmo sistema de crenças e valores, e é exatamente isto o que assegura a estabilidade social e a conformidade do comportamento.

A identidade formada nesse contexto tende a ser mais homogênea, pois a individualidade é percebida como secundária diante da necessidade de pertencimento, pois neste tipo de sociedade, a consciência coletiva domina. A socialização primária, nesse sentido, se reflete neste tipo de sociedade, ao preparar o indivíduo para viver em contextos de forte regulação moral e baixa diferenciação funcional, como o núcleo familiar, onde as pessoas dividem valores e crenças semelhantes.

Com o avanço das experiências sociais, o sujeito é confrontado com a pluralidade de realidades e de papéis sociais. A socialização secundária é o momento em que o indivíduo entra em contato com o macromundo, incorporando instituições que transcendem o universo familiar: escola, trabalho, religião, política, etc. Esse processo exige do sujeito não apenas a internalização de novos significados, mas também a capacidade de lidar com contradições, questionamentos e multiplicidade de interpretações. Nesse ponto, a articulação com a solidariedade orgânica torna-se evidente, Durkheim (1999) observa que, nas sociedades modernas, a diferenciação dos papéis sociais gera uma interdependência funcional entre os indivíduos. A coesão social é alcançada não pela igualdade, como no primeiro tipo, mas pela



complementaridade, visto que o indivíduo é valorizado por sua diferença, pois esta é essencial para a manutenção da ordem social. Essa é a base da solidariedade orgânica: um organismo composto por partes distintas, mas que funcionam de maneira integrada.

De forma análoga, a socialização secundária possibilita que o sujeito reelabore sua identidade a partir da integração com diferentes universos simbólicos. Ao entrar em contato com instituições especializadas e com a diversidade cultural e profissional do mundo moderno, o sujeito desenvolve a capacidade de construir uma individualidade mais autônoma e reflexiva. Ele passa a reconhecer-se como parte de uma estrutura social complexa, que exige de si não apenas obediência, mas também participação ativa.

Assim como a solidariedade orgânica depende da especialização das funções, a socialização secundária demanda do sujeito uma compreensão mais ampla do funcionamento social. Ela exige flexibilidade cognitiva, capacidade de abstração e disposição para conviver com a diferença. A identidade, nesse processo, é constantemente reconstruída, pois o indivíduo é exposto a novos discursos, novas práticas e novas perspectivas.

Deste modo, nas sociedades modernas, a individualidade deixa de ser um problema e passa a ser uma condição, ou seja, o indivíduo é valorizado na medida em que contribui para o funcionamento do todo através de sua autonomia e especialidade, possibilitando a colaboração eficaz e garantindo a coesão social. Nesse sentido, a subjetividade, produto da socialização, é também resultado da complexificação da sociedade.

Portanto, compreender a relação entre socialização e solidariedade é essencial para entender o papel do indivíduo nas diferentes formas de organização social. As estruturas sociais não apenas moldam o sujeito, mas também definem as condições de possibilidade para a sua individualidade.

A socialização primária, associada à solidariedade mecânica, produz identidades mais homogêneas e ligadas ao grupo. A socialização secundária, em contraste, associada à solidariedade orgânica, permite a construção de uma individualidade reflexiva e plural.



2.4. OS LIMITES HISTÓRICOS E A NECESSIDADE DE REINTERPRETAÇÃO DA SOCIALIZAÇÃO NA ATUALIDADE

Segundo Max Weber, o destino de toda produção científica é ser superada, uma vez que o pesquisador está condicionado aos limites históricos de sua época, assim, a ciência não deve ser futurista, mas resolver o dilema do tempo presente e ser ultrapassada, acompanhando as mudanças sociais. Como afirma:

Qual é, em verdade, o destino ou, melhor, a significação, em sentido muito especial, de que está revestido todo o trabalho científico, tal como, aliás, todos os outros elementos da civilização sujeitos à mesma lei? É o de que toda obra científica acabada não tem outro sentido senão o de fazer surgirem novas indagações: ela pede, portanto, que seja ultrapassada e envelheça. (WEBER, 1970, p. 29)

Ademais, “Na esfera da ciência, não só no nosso destino, mas também nosso objetivo é o de nos vermos, um dia, ultrapassados” (WEBER, 1970, p. 29).

Os conceitos descritos por Durkheim (1999) e Berger (1973) foram idealizados em, e para, determinada época, deste modo, buscavam resolver um dilema contido no tempo presente em que foram escritas, mas que hoje, já não se aplicam, ao menos, na totalidade.

Ao pensar na atualidade, verifica-se que houve alterações significativas na esfera social, o ideal de família descrito nas obras referidas é ultrapassado, a sociedade se configura de forma distinta, as mães já não dispõem mais de tempo para estar em casa, cuidando dos filhos por todo o dia, considerando estarem cada vez mais inseridas no mercado de trabalho e demais instituições, as quais antes se apresentavam distantes a elas. Por sua vez, o grupo dos “outros significativos” considerado pela criança já não é tão seletivo, visto que, desde os primeiros passos, já interage com uma gama diversa de pessoas, seja presencial ou virtualmente.

Com isso, comprehende-se que entender a socialização como um processo que forma sujeitos e os fornece elementos para se inserirem na sociedade é, sem dúvida, importante, porém, considerar como atuais as definições dadas pelos autores no século passado, mostra uma visão limitada acerca da complexidade dos processos sociais contemporâneos.



A criança do século XXI não apenas interage com mais agentes desde muito cedo, como também é atravessada por grandes fluxos de informação e referências que transcendem às fronteiras tradicionais da socialização primária. As mídias digitais, os dispositivos tecnológicos, os algoritmos e a conectividade introduzem uma multiplicidade de referências que influenciam valores, desejos e formas de ser no mundo. Na atualidade, a socialização adquire múltiplas faces, se caracterizando como o processo de construir-se enquanto sujeito num misto de estímulos que desafiam os modelos tradicionais de coesão e pertencimento.

Além disso, o próprio sentido de coletividade passou por reformulações, as instituições que antes construíam as bases do indivíduo, como a escola, a igreja e o próprio núcleo familiar, veem-se constantemente tensionadas por novas formas de organização social, identitária e afetiva, isso exige que a teoria sociológica atualize suas categorias, para que não se utilizem teorias ultrapassadas como espelho da realidade.

Reconhecer tais transformações não significa, de modo algum, invalidar as contribuições dos clássicos, mas compreendê-las dentro de seus limites históricos, como alertado por Weber. Os conceitos de Durkheim e Berger são chaves valiosas para entender os fundamentos da vida social, mas precisam ser lidos à luz das novas formas de viver. A teoria não pode estagnar-se, pelo contrário, deve acompanhar a complexidade do tempo presente, abrindo espaço para novas interpretações e para as transformações da realidade.

Portanto, trata-se de atualizar as teorias clássicas com base em uma leitura situada no presente, assim, entende-se que o processo de socialização permanece central para a formação do sujeito, mas deve ser pensado em diálogo com as atualizações sociais, atento às mudanças nas estruturas da sociedade e aos modos diversos de viver a subjetividade em um mundo cada vez mais fluido, digital e plural.

3. CONCLUSÃO

Com os conceitos analisados no deslinde do presente trabalho foi possível compreender que o processo de socialização é um elemento fundamental da constituição do sujeito social e da configuração de sua individualidade. À luz das contribuições teóricas de Émile Durkheim e Peter Berger, evidenciou-se que o indivíduo não nasce sujeito, mas torna-



se tal por meio da internalização de valores, normas, crenças e significados produzidos socialmente, os quais variam de acordo com a realidade na qual o indivíduo está inserido, portanto, entende-se que a subjetividade é sempre mediada por estruturas sociais, sendo tanto resultado, quanto condição para a vida coletiva.

Com base em Durkheim, observou-se que as formas de solidariedade (mecânica e orgânica) são fundamentais para compreender os diferentes modos de coesão social e suas implicações para a formação da identidade. Em sociedades de solidariedade mecânica, a individualidade é diluída na coletividade, marcada pela homogeneidade e pela força da consciência coletiva. Já nas sociedades regidas pela solidariedade orgânica, a diferenciação funcional se torna a base da coesão, permitindo o desenvolvimento amplo da individualidade, considerando que esta é vista como necessária para o funcionamento do todo.

Peter Berger, por sua vez, representa uma contribuição para essa discussão ao propor a distinção entre socialização primária e secundária, ao descrever que a primeira constrói as bases da identidade, por meio de vínculos afetivos e da assimilação de um mundo que se apresenta como único e absoluto, e a segunda, por sua complexidade, expõe o sujeito à multiplicidade de papéis sociais e à possibilidade de reelaboração da própria identidade, tornando a individualidade uma construção dinâmica. Assim, compreende-se que a socialização não é um processo linear ou fixo, mas aberto a reinvenções e reconfigurações constantes.

Por fim, com a internalização destes conceitos, entende-se que é imprescindível reconhecer que estas teorias, elaboradas por Durkheim e Berger, foram concebidas dentro de contextos históricos específicos e, como alertado por Max Weber, o destino de toda teoria é ser superada, pois o saber científico carrega os limites de sua própria temporalidade. Deste modo, diante das extensas transformações sociais ocorridas nas últimas décadas, como a expansão dos meios digitais, a dissolução de modelos familiares tradicionais, o acesso precoce a múltiplas fontes de informação, a fluidez nas relações sociais e a emergência de novas formas de subjetividade, torna-se necessário reinterpretar os conceitos clássicos à luz das configurações contemporâneas.

Portanto, compreender a socialização como um processo em constante reconstrução é essencial para que a teoria social se mantenha coerente com a realidade. Ao reconhecer que



o sujeito contemporâneo é atravessado por novas formas de interação, pertencimento e expressão, reafirma-se a necessidade de uma sociologia capaz de dialogar com o tempo presente, ampliando suas lentes. Nesse sentido, atualizar essas compreensões, não significa romper com a tradição, mas justamente reafirmar o compromisso da teoria sociológica com a realidade concreta.

Dessa forma, conclui-se que a articulação entre sujeito e sociedade permanece como chave central para compreender a vida social, desde que sustentada por análises que considerem as alterações do tempo. A subjetividade, a individualidade e os processos de socialização não podem ser pensados fora da história, e é justamente nesse movimento de reflexão contínua que reside a vitalidade da teoria social.

REFERÊNCIAS

- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BERGER, Peter L.; BERGER, Brigitte. “Socialização: como ser um membro da sociedade”. In: FORACCHI, Marialice M.; MARTINS, José de Souza. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1994.
- DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Editora Nacional, 2001.
- DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1970.